

Registro de clínicas de radiologia e indicação do Supervisor

Em evidente afronta à legislação em vigor, o Conselho Regional de Técnicos de Radiologia de Santa Catarina, vem exigindo a inscrição de clínicas de radiologia em seus quadros, o fato ora relatado ocorreu em Criciúma, na Clínica URC. Além disso, também foi exigido da URC a indicação de Supervisor das Aplicações Técnicas em Radiologia. Diante do quadro apresentado, passamos a opinar:

Do Registro de Clínicas de Radiologia junto ao CRTR

Prevê o artigo 1º da Lei Federal nº 6.839/80:

“Art. 1º - O registro das empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.”

No caso em tratativa, em que pese o estabelecimento empregar técnicas radiológicas, certo é que sua atividade finalística é o diagnóstico de doenças – atividade privativa dos médicos - devendo portanto, ser registrada apenas perante o Conselho Regional de Medicina.

Cada profissional deve possuir registro no Conselho que fiscalize sua profissão, porém, os estabelecimentos devem possuir registro apenas no Conselho que fiscalize sua atividade fim.

Em casos análogos ao presente, tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

Acórdão: RESP 232839/PE; RECURSO ESPECIAL (1999/0088029-3)

Fonte: DJ DATA: 05/11/2001 PG: 00099

Relator(a): Min. ELIANA CALMON

Data da Decisão: 04/09/2001

Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA

Ementa: ADMINISTRATIVO – CONSELHO PROFISSIONAL - UNIDADE HOSPITALAR: PRONTO-SOCORRO – REGISTRO PROFISSIONAL. 1. Em torno do exercício do poder de polícia, da alçada dos conselhos profissionais, encaminhou-se a jurisprudência no sentido de exigir a filiação ao conselho da atividade preponderante. 2. Em uma unidade hospitalar desenvolvem-se serviços médicos, de enfermagem, de fisioterapia, de nutricionismo, e outros, o que não obriga a pessoa jurídica a uma superposição de

filiação. 3. Cabe a cada profissional inscrever-se perante o conselho que fiscaliza a sua profissão, o que não se estende a seus empregadores. 4. Recurso especial improvido.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos este autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso especial. Votaram com a Relatora os Ministros Franciulli Netto, Laurita Vaz, Paulo Medina e Francisco Peçanha Martins.

Acórdão: RESP 262090/PE; RECURSO ESPECIAL (2000/0055841-9)

Fonte: DJ DATA: 30/10/2000 PG: 00130, JBCC VOL: 00185 PG: 00577, RSTJ VOL.:00139 PG:00122

Relator(a): Min. GARCIA VIEIRA

Data da Decisão: 25/09/2000

Órgão Julgador: T1 – PRIMEIRA TURMA

Ementa: HOSPITAL – ENFERMAGEM - REGISTRO. Embora exista prestação de serviços de enfermagem em hospital, não é esta a sua principal atividade. Caso similar ao dos bancos, previsto na Súmula nº 79 do STJ. Recurso improvido.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ex.^{mos} Srs. Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Ex.^{mo} Sr. Ministro Relator. Votaram com o Relator os Ex.^{mos} Srs. Ministros Humberto Gomes de Barros, Milton Luiz Pereira e José Delgado. Impedido o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Acórdão: RESP 197757/DF; RECURSO ESPECIAL (1998/0090475-1)

Fonte: DJ DATA: 07/06/1999 PG: 00060

Relator(a): Min. JOSÉ DELGADO

Data da Decisão: 23/02/1999

Órgão Julgador: T1 – PRIMEIRA TURMA

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CLÍNICA MÉDICA. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. INADMISSIBILIDADE. 1 - Há prestação dos serviços de enfermagem em qualquer hospital e clínica médica, mas esta não é, sem sombra de dúvidas, sua atividade fim, o que conduz acertadamente à dispensa de seu registro no Conselho de Enfermagem. 2 - O registro de instituição hospitalar deve ser feito no Conselho Regional de Medicina, órgão fiscalizador das atividades médicas, e não no de Enfermagem, o que impede, por força de lei, que haja a duplicidade de registros. 3 – Recurso especial parcialmente conhecido, porém, improvido.